

Informativo



Novembro/Dezembro de 2017



MP-PI acompanha debate sobre direitos da mulher com deficiência

A promotora de Justiça e coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e da Cidadania (CAODEC), Flávia Gomes, participou no dia 31 de outubro de 2017, de audiência pública, na Câmara Municipal de Teresina (CMT), para debater a inclusão e assistência integral à saúde das mulheres com deficiência na campanha Outubro Rosa.

O tema da audiência pública foi proposto pelo vereador Valdemir Virgino (PRP). “Mulheres com deficiência enfrentam diversos problemas em nossa cidade. Temos que fazer valer o direito de igualdade para saúde de todas, por meio do resgate da cidadania e da busca de inclusão social”, destaca o parlamentar Valdemir Virgino.

Para a coordenadora do Caodec, Flávia Gomes, é papel do poder público ouvir as demandas e propor alternativas aos desafios que existem na promoção da integralidade e igualdade no atendimento das especificidades de cada cidadão. “Essa discussão é de extrema importância para refletir sobre como melhorar a

realidade das mulheres com deficiência, que reclamam da invisibilidade na sociedade. Elas acabam enfrentando muitos preconceitos. Nessa audiência tivemos importantes encaminhamentos que podem resultar na melhora da qualidade dos serviços oferecidos para deficientes”, diz Flávia.

Como encaminhamento, o vereador Valdemir Virgino sugeriu projeto de lei para tornar 8 de outubro o Dia da Mulher com Deficiência. Foi sugerido também melhorias no transporte de deficientes, garantia dos direitos no acesso aos serviços de saúde.

Fonte: MP-PI



Promotoria de Paes Landim desenvolve ações de cidadania

Com o apoio do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e da Cidadania (CAODEC), órgão auxiliar do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), a Promotoria de Justiça de Paes Landim, representada pelo promotor de Justiça Jorge Luiz da Costa, vem desenvolvendo diversas atividades de promoção da cidadania na cidade.

As comunidades escolares da Escola Municipal Terezinha Camará e da Unidade Escolar José Maria Borges receberam materiais educativos e palestras sobre drogadição, atos infracionais e bullying. A iniciativa integra o projeto Queremos Paz, desenvolvido pelo MP-PI, por meio do Caodec.

“Fiquei muito feliz com a participação dos estudantes e da comunidade neste projeto. Estamos cumprindo nosso papel de aproximar cada vez mais o Ministério Público da população”, destaca o promotor de Justiça, Jorge Luiz Pessoa.

Durante o mês de outubro, também foi desenvolvido na cidade, atividade alusiva ao Dia do Idoso, comemorado no dia 1º de outubro. Com

o tema “Violência contra o Idoso e o seu Enfrentamento”, o promotor Jorge Luz apresentou o Estatuto do Idoso, sua aplicação o papel da rede de proteção do idoso para comunidade da cidade.

“Por meio do trabalho que desenvolvemos no Caodec, o que buscamos é contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de direitos humanos em nosso País, por meio da difusão de conteúdo formativo e informativo sobre o exercício dos direitos fundamentais e a atuação do MP na defesa desses direitos”, destaca a coordenadora do Caodec, Flávia Gomes.

As ações têm sido desenvolvidas com o apoio do Poder Judiciário local, das secretarias de Saúde, Educação e Assistência Social de Paes Landim.

Fonte: MP-PI





Projeto do MP-PI leva debate sobre violência contra mulher para Escolão do Mocambinho

Alunos do 8º ano da Escola Municipal do Mocambinho, na zona Norte de Teresina, participaram, no dia 13 de novembro de 2017, de palestra sobre violência doméstica e familiar contra a mulher. A atividade faz parte do cronograma de ações do Projeto Queremos Paz, que está sendo desenvolvido na escola, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e da Cidadania (CAODEC), órgão do Ministério Público do Piauí (MPPI).

Desta vez, o CAODEC desenvolveu a atividade em parceria com a 10ª Promotoria de Justiça – órgão integrante do Núcleo de Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (NUPEVID). A promotora de Justiça, Amparo Paz, dialogou com os adolescentes sobre as situações de violência doméstica e familiar contra a mulher, que acontecem em casa, na escola ou na comunidade.

“Dar atenção a essa faixa etária é primordial porque os adolescentes estão em formação e, por isso, é importante trabalhar com eles na perspectiva da conscientização, para podermos quebrar paradigmas e concepções de que o homem seria superior à mulher”, destaca a

promotora de Justiça, Amparo Paz.

Para a coordenadora do Caodec e promotora de Justiça, Flávia Gomes, a ação do Projeto Queremos Paz vai além das medidas de conscientização que buscam fomentar a cultura de paz. “Durante o desenvolvimento do projeto, identificamos a necessidade de orientar e prevenir esse público a respeito da violência contra a mulher, pois entendemos que além de ser uma de prevenção no combate a esse crime é uma ação de fomento da cultura de paz”, explica Flávia Gomes.

Fonte: MP-PI



Caodec orienta mães no 1º Mutirão de Atendimento a Crianças com Microcefalia

No sábado, 25 de novembro, o Ministério Público do Piauí (MP-PI), através do Centro de Apoio Operacional na Defesa da Educação e Cidadania - Caodec esteve presente no 1º Mutirão de Atendimento a Crianças com Microcefalia para orientar familiares de crianças com microcefalia sobre seus direitos. Na oportunidade, houve distribuição de uma cartilha do Caodec sobre o tema, elaborada especialmente para a ocasião.

O evento, organizado pelo Comitê Gestor da Microcefalia do Estado, aconteceu no Instituto de Perinatologia da Maternidade Dona Evangelina Rosa, e reuniu multiprofissionais de várias especialidades para ajudar no atendimento de dezenas de crianças com microcefalia e suas famílias.

Além de consultas, exames, verificação do peso, altura e perímetro cefálico, as famílias vindas de 54 municípios do Piauí receberam orientações de várias instituições parceiras, como o Ministério Público do Piauí (MPE-PI).

Liana Carvalho Sousa, da equipe do Caodec, presente no 1º Mutirão, frisa que várias mães, principalmente do interior do Estado, ficam à margem dos serviços do serviço social nos seus municípios de origem por falta de informação.

“A gente sabe que a condição de ter uma criança com microcefalia é bem mais difícil. Nós, inclusive, vamos informar as promotorias públicas dessas cidades sobre o que está acontecendo com essas mães e essas crianças para quem sejam tomadas as providências”, ressalta Liana Carvalho.

Fonte: MP-PI



MP-PI participa da reinauguração do Centro de Estimulação para Crianças com Deficiência (CES), em Teresina

A Promotora de Justiça Marlúcia Gomes Evaristo Almeida participou, na manhã do dia 1º de dezembro, da reinauguração do Centro de Estimulação para Crianças com Deficiência Sensorial (Auditiva e Visual) "Mauro César Evaristo", localizado na avenida Barão de Castelo Branco, bairro Monte Castelo, zona sul de Teresina. Na oportunidade, a titular da 28ª Promotoria de Justiça de Teresina disse que o centro é uma referência para as famílias de crianças com esse tipo de deficiência. A coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e Cidadania (CAODEC), Flávia Gomes também prestigiou a solenidade.

"Eu me preocupei com aquelas famílias que não teriam condições para custear um acompanhamento profissional multidisciplinar para os seus filhos. Assim, começou a nossa luta para o surgimento desse espaço de assistência, acolhimento e desenvolvimento para as nossas crianças", disse Marlúcia Evaristo.

Entre as melhorias promovidas estão reforço na segurança com a implantação de novas grades, além da construção do jardim sensorial, quadra de esportes, manutenção hidráulica, elétrica, piscina, limpeza, pintura e colocação de novo piso, e ainda

adequação do centro para acessibilidade (calçadas e dependências). As obras custaram mais de R\$ 230 mil reais, oriundos do Tesouro Estadual.

O Centro de Estimulação para Crianças com Deficiência Sensorial foi batizado com o nome do irmão de Marlúcia Evaristo por força de uma moção do Conselho Estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência. Mauro César Evaristo faleceu em 1996, aos 31 anos, vítima de uma doença neurológica congênita. Mesmo com dificuldades para acompanhar o ritmo imposto pela escola, Mauro foi efetivamente incentivado por sua mãe, o que possibilitou que concluísse o ensino médio e se tornasse servidor público. As necessidades educacionais especiais não impediram que ele tivesse uma vida normal, o que muitas crianças com deficiência sensorial podem ter, se forem corretamente estimuladas.

Fonte: MP-PI



MP-PI prestigia solenidade comemorativa dos 54 anos do Conselho Estadual de Educação

Representando o Ministério Público do Estado do Piauí (MP-PI), a promotora de Justiça e coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Educação e Cidadania (Caodec), Flávia Gomes, participou da solenidade comemorativa dos 54 anos do Conselho Estadual de Educação do Piauí (CEE-PI), realizada no dia 30 de novembro, no Instituto de Educação Antonino Freire.

O Conselho tem funções consultivas e deliberativas sobre matérias relativas à educação. É o órgão regulador do sistema que compreende escolas públicas estaduais e privados da Educação Básica e as escolas municipais de Ensino Fundamental e Educação Infantil (públicas e privadas) nos municípios que não dispõem de sistemas próprios e da Universidade Estadual do Piauí.

Durante a solenidade, instituições e pessoas que prestaram relevantes serviços à educação do Estado do Piauí foram homenageadas com a Medalha do Mérito Educacional "Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez".

"O Conselho de Educação é um órgão que muito contribui com o desenvolvimento do nosso Estado. Em nome da presidente dessa instituição, a professora Maria Xavier, eu parablenizo a todos os que fazem parte do CEE-PI e desejo que ele seja um órgão cada vez mais atuante", diz a promotora de Justiça, Flávia Gomes.

A minuta do projeto de lei de revisão e alteração da Lei nº 2.489/1963 - de Criação e Regulamentação do (CEE-PI) - foi entregue ao Governador do Estado do Piauí. A secretária Estadual de Educação do Piauí, Rejane Sias, homologou a resolução de renovação de autorização de funcionamento das unidades integrantes da rede pública estadual do Estado do Piauí.

Fonte: MP-PI



MPPI acompanha entrega de equipamentos de informática e van para entidades ligadas à Pessoa com Deficiência

Entidades de apoio a pessoas com deficiência do Piauí participaram, no dia 04 de dezembro de 2017, da solenidade alusiva ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, data comemorada no último dia 3 de dezembro. A homenagem aconteceu no Palácio de Karnak, com entregas kits de equipamentos informatizados, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Seid). As dez associações receberam notebook, impressora multifuncional, projetor, telão e uma câmera digital.

Autoridades dos três Poderes e representantes das políticas públicas para pessoas com deficiência participaram do momento solene. Representando o Ministério Público do Piauí, a promotora de Justiça e coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e da Cidadania (CAODEC), Flávia Gomes, e a promotora de Justiça da Defesa da Pessoa com Deficiência e do Idoso, Márlucia Evaristo, participaram da mesa de honra.

“Foi muito emocionante e fico feliz em ver uma mobilização em prol da igualdade e do respeito ao próximo. O Dia Internacional da Pessoa com Deficiência dá uma visão global de toda uma luta, é bom que existam essas datas para lembrar e incentivar iniciativas inclusivas. Parabenizamos a

todos os envolvidos no apoio à pessoa com deficiência”, diz a promotora Flávia Gomes.

Além dos kits, uma van adaptada com dez lugares, sendo três deles específicos para cadeirantes, foi entregue para a Associação São Raimundense de Deficientes Físicos (Asadef). “Às vezes essas pessoas ficavam impossibilitadas de virem a Teresina por falta de um veículo acessível para transportá-las. Agora esse transporte ficará mais acessível”, destaca o secretário do Seid, Mauro Eduardo.

Segundo a promotora de Justiça, Marlúcia Evaristo, “para o Ministério Público, essa luta tem sido árdua e a cada dia conquistamos mais avanços, pois quando se começou o trabalho em nível de MP, não existia quase nada em termos de políticas públicas em prol da pessoa com deficiência”.

Fonte: MP-PI



MPPI leva debate sobre Cultura de Paz a seminário sobre gestão escolar no Piauí

O Ministério Público do Estado do Piauí (MP-PI) designou a promotora de Justiça Flávia Gomes, coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Educação e Cidadania (CAODEC), para acompanhar o caso do incêndio ocorrido, no mês de outubro, no Assentamento 8 de Março, localizado no Povoado Chapadinha Sul, zona Rural de Teresina.

Durante visitas realizadas ao local, a promotora de Justiça ouviu os moradores da região e chamou atenção para a necessidade de identificação de idosos, mulheres, crianças e de todas as famílias que residem no assentamento, de acordo com as especificidades de cada um.

Flávia Gomes se reuniu com o secretário estadual da Assistência Social e Cidadania, Zé Santana, e com órgãos municipais e estaduais envolvidos no atendimento às vítimas atingidas pelo incêndio, para planejar a realização de um

mutirão de emissão de documentos para as vítimas.

Com o apoio do MP-PI, a Secretaria de Governo do Estado (SEGOV) realizou a ação no dia 10 de novembro. Emissão de documentos pessoais, atendimento médico e psicossocial, avaliação nutricional, aferição de pressão arterial, emissão do Cadastro Único para acesso ao Programa Bolsa Família, palestras e atividades lúdicas voltadas para crianças estão entre as atividades oferecidas às famílias.

Fonte: MP-PI



MPPI lança projeto #issoédireitohumano

No dia 10 de dezembro é comemorado o Dia Internacional dos Direitos Humanos. A escolha da data foi feita em 1950, depois que a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi instituída pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Para comemorar a data, no ano de 2017, o Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e Cidadania (CAODEC), do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), lançou o projeto "Isso é Direito Humano", que se estenderá com diversas ações por todo o ano de 2018.

Idealizado pela promotora de Justiça Myrian Lago, titular da 49ª Promotoria de Justiça de Teresina e pela coordenadora do Caodec, Flavia Gomes, o projeto tem como objetivo principal conscientizar a sociedade sobre a importância dos Direitos Humanos para todos e desmistificar o preconceito que há sobre o tema.

"Os direitos humanos incluem direitos civis e políticos, independentemente de cor, raça, credo, orientação política, sexual ou religiosa. É preciso

mostrar que os direitos humanos não são apenas para 'defender bandido', como muitos pensam, mas para garantir a dignidade de toda a pessoa e garantia da vida em sociedade." diz a promotora Flávia Gomes.

O projeto "#issoédireitohumano" abordará os temas: alimentação; moradia; trabalho; saneamento básico; educação; assistência média; liberdade de crença e não crença; igualdade racial; respeito à orientação sexual e à identidade de gênero; inclusão da pessoa com deficiência; direitos da pessoa idosa, segurança; proteção à criança e ao adolescente; meio ambiente; entre outros.

Fonte: MP-PI

Saúde
Alimentação
Educação
#IssoéDireitoHumano
Moradia Liberdade Religiosa
Saneamento Básico Inclusão
Condições dignas de trabalho
Igualdade Racial
Livre Orientação Sexual
Meio ambiente equilibrado
Segurança
Pessoal

MPPI encaminha recomendações emergenciais sobre as vítimas do Acampamento 8 de Março

Representantes de órgãos municipais, estaduais e federais envolvidos no atendimento às vítimas do incêndio ocorrido no Acampamento 8 de Março, na zona Sul de Teresina, participaram de audiência no Ministério Público do Piauí (MPPI), onde apresentaram um balanço das ações desenvolvidas no local, com o objetivo de tratar sobre o direito à moradia das famílias atingidas.

A reunião aconteceu no dia 12 de dezembro, na 49ª Promotoria de Justiça do MPPI, e contou a participação de moradores da ocupação e de representantes do Movimento Sem Terra (MST) para externar a atual situação das vítimas e as necessidades emergenciais da comunidade.

O debate foi conduzido pela promotora de Justiça Myrian Lago, que acompanha o caso, juntamente com a coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e da Cidadania (CAODEC/MPPI), promotora de Justiça Flávia Gomes.

“Foi um debate profundo, pudemos ouvir cada setor responsável pelas articulações em prol de melhorias para as famílias. Esse trabalho em conjunto é importante para que as vítimas recebam seus direitos o mais rápido possível. Vamos continuar acompanhando o caso e, principalmente, os prazos das ações recomendadas aos órgãos do Governo”, diz a promotora de Justiça Flávia Gomes.

Entre as providências, o Ministério Público encaminhou um ofício ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) solicitando a doação de madeiras apreendidas pelo órgão para a construção de moradias no Acampamento; uma recomendação à Superintendência de Desenvolvimento Rural de Teresina, no sentido de que proceda à limpeza da área, para propiciar condições mais salubres de permanência no local. “Das recomendações feitas ao INCRA, solicitamos um relatório com as providências a serem adotadas para emergencial abrigamento dos casos mais graves e em situações de vulnerabilidade, como uma lactante com bebê no período pós-parto e também recomendações a SEMCASPI para que regularize imediatamente os benefícios de concessão do aluguel solidário e das cestas básicas”, acrescenta Myrian Lago.

Fonte: MP-PI



Pais do Escolão do Mocambinho conhecem projeto do MPPI sobre cultura de paz

Centenas de pais de alunos da Escola Municipal do Mocambinho, localizada na zona Norte de Teresina, participaram, no dia 14 de dezembro de 2017, de uma reunião com colaboradores, professores e representantes de órgãos públicos para tratar sobre a importância da parceria escola e família no processo de educação das crianças e jovens, especialmente no que diz respeito ao novo ensino integral a ser implementado em 2018.

A promotora de Justiça Flávia Gomes, que é coordenadora do Projeto Queremos Paz, desenvolvido através do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e da Cidadania (CAODEC), órgão auxiliar do MPPI, participou do encontro a convite da escola, reforçando o projeto e promovendo a cultura da paz com orientações jurídicas sobre a importância de desenvolver parcerias entre escola e família no processo de formação integral do aluno.

“É importante acontecer esse pacto pela educação entre família e escola a fim de combater a violência e desenvolver atividades humanizadas no ambiente escolar. A relação entre escola e família enfrenta diversos desafios e para facilitar a compreensão apresentamos leis, princípios e normas que mostram o papel de cada um na educação dos alunos.” diz a promotora Flávia Gomes.

Para o diretor do Escolão do Mocambinho, Diógenes Meireles, “o projeto Queremos Paz abraça

todo um trabalho voltado para que nossas crianças possam desconstruir um espírito de violência e reconstruir um desejo de paz, de harmonia, irmandade e comunhão. Sabemos que toda a sociedade vivencia esse momento de generalização da violência, mas a escola tem esse papel fundamental de promover união e paz, tanto para os alunos como também para a família”, ressalta.

Durante a reunião foi apresentado todo o planejamento para a implantação do tempo integral, onde os pais aproveitaram para tirar dúvidas e fazer sugestões aos educadores. A pedagoga Leonilde Vasconcelos explica que o tempo integral vai proporcionar uma grande mudança na escola e na vida dos alunos. “Essas parcerias com os pais e com órgãos como o Ministério Público é muito importante e estamos confiantes com todo o planejamento apresentado para ser implantado no próximo ano. Os pais estão aceitando bem a proposta, pois isso vai proporcionar mais segurança aos seus filhos”, finaliza.

Fonte: MP-PI



ENUNCIADOS COPEDUC

A Comissão Permanente de Educação – COPEDUC integra o Grupo Nacional de Direitos Humanos, órgão do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça, e congrega membros dos Ministérios Públicos de todos os estados bem como da União. No âmbito da referida Comissão foram aprovados, em 2015 até o mês de março de 2017, os seguintes enunciados:

Enunciados 2015:

01/2015: INCUMBE AOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ACOMPANHAR O PROCESSO DE ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DOS PLANOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, OBSERVANDO-SE O DISPOSTO NO ARTIGO 8º DA LEI Nº 13.005/2014, BEM COMO ADOTAR MEDIDAS QUE GARANTAM A EFETIVIDADE DAS ESTRATÉGIAS E METAS PREVISTAS NOS RESPECTIVOS PLANOS. (II Reunião Ordinária do GNDH – Belo Horizonte-MG. Agosto/2015. Aprovados pelo CNPG na reunião setembro/2015)

02/2015: OS MINISTÉRIOS PÚBLICOS DEVEM DESENVOLVER ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO VISANDO GARANTIR A IMPLEMENTAÇÃO, POR PARTE DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS, DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 13.005/14, QUE TRATA DA REGULAMENTAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NOS RESPECTIVOS ÂMBITOS DE ATUAÇÃO, (II Reunião Ordinária do GNDH – Belo Horizonte-MG. Agosto/2015. Aprovados pelo CNPG na reunião setembro/2015).

Enunciados 2016:

Em razão da importância e atualidade do tema discutido, a Comissão deliberou pela renovação de encaminhamento ao CNPG do ENUNCIADO nº 01/2012 da COPEDUC:

ENUNCIADO nº 001/2016: “O Ministério Público possui legitimidade para a adoção de medidas extrajudiciais e judiciais com a finalidade de fazer cumprir a Lei nº 11.738/08, no que diz respeito ao pagamento do piso salarial nacional ao magistério público, princípio diretamente ligado à educação de qualidade, nos termos do art. 206, VIII, da Constituição Federal”. (Aprovado na I REUNIÃO ORDINÁRIA DA COPEDUC E DO GNDH/2012, nos dias 27 e 28 de março de 2012, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, oriundo do III Encontro Nacional entre o MEC e o MP, realizado em 2011 – vide item X da Recomendação expedida pelo CNPG em 20/06/2013). (Aprovado na I Reunião Ordinária do GNDH – Salvador-BA. Maio/2016. Todos enunciados do GNDH foram aprovados na reunião do CNPG de 15/06/2016 – Ata 05/2016).

ENUNCIADOS COPEDUC

ENUNCIADO n. (002/2016): Tema: **Atuação nas Ocupações das Escolas No caso das Ocupações nas Escolas, o Ministério Público, como defensor da ordem jurídica e do regime democrático de direito, deverá priorizar a atuação extrajudicial, instaurando procedimento, preferencialmente por escola ocupada, devendo zelar pelo não uso de violência policial e autotutela pelo ente público, ouvindo os envolvidos e pautando sua atuação por métodos auto compositivos.**

Sugestão para atuação do membro do Ministério Público: O Ministério Público poderá fazer uso de técnicas de mediação e práticas restaurativas para a solução dos conflitos, uma vez que estão em confronto os direitos de livre manifestação e de frequência escolar regular. O Membro do Ministério Público poderá avaliar a realização de reuniões, rodas de conversas e audiências públicas. Os encaminhamentos deverão ser formalizados em Termos de Cooperação ou em Termos de Ajustamento de Conduta, estes se existentes demandas da comunidade escolar que ensejam obrigação de fazer ou não fazer a serem cumpridas em prazo posterior. O ajuizamento de ação judicial pelo MP será excepcional, devendo ser responsabilizado o ente federativo em caso de omissão. O Ministério Público atuará obrigatoriamente como defensor da ordem jurídica e do regime democrático em todas as ações relacionadas à desocupação de escolas.

RESUMO TÉCNICO JURÍDICO: - Artigo 5º da Constituição da República (Livre Manifestação) - Artigos 3º, III, 16, 165, 166 e 334 do Novo Código de Processo Civil que tratam da conciliação e mediação como técnicas de resolução de conflitos; - Sobre a atuação extrajudicial do Ministério Público, o fundamento está no artigo 129, incisos II e III da Constituição Federal e na Lei de Ação Civil Pública; - As práticas de conciliação e mediação estão embasadas também na Resolução nº 118/2014 do CNMP;

SUGESTÃO DE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: - Instauração de PA (Procedimento Administrativo) PP (Procedimento Preparatório) ou de Inquérito Civil (IC) para o acompanhamento das Ocupações nas Escolas (recomendando-se um por escola ocupada). - Prioriza-se a atuação extrajudicial, especialmente através das técnicas extrajudicial de resolução de conflitos, especialmente através de conciliação, mediação e práticas restaurativas. **(II Reunião Ordinária do GNDH – Ano 2016. Belém do Pará. Novembro/2016. Aprovada na reunião de fevereiro/2017).**

ENUNCIADO N. (003/2016) 4 Tema: **Escola Sem Partido São princípios fundamentais imanentes à educação brasileira as liberdades fundamentais de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, a gestão democrática do ensino público, cabendo ao Ministério Público adotar as providências cabíveis no sentido de coibir tentativas de se estabelecer proibição genérica e vaga de controle do conteúdo pedagógico desenvolvido nas escolas.**

ENUNCIADOS COPEDUC

RESUMO TÉCNICO JURÍDICO: - O Projeto de Lei ESP contraria princípios conformadores da educação brasileira previstos no artigo 206, incisos II, III e VI, da Constituição da República. - Resta configurada, também, afronta ao art. 5º, inc. LIV, da Constituição da República (Devido Processo Legal Substancial); - Neste sentido foi a manifestação do PGR nos autos da ADIs nº 5.537 e da ADI nº 5.580, ambas do Estado de Alagoas; 5 - Harmonização entre os artigos 12, inciso IV, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, artigo 13.1 do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (promulgado pelo Decreto 591, de 6 de julho de 1992), o artigo 13.2 do Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de São Salvador, promulgado pelo Decreto 3.321, de 30 de dezembro de 1999), o princípio da primazia, previsto no artigo 100 do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos 17 e 18 do Estatuto da Juventude (Lei Federal nº 12.852/2013).

SUGESTÃO DE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: - Instauração de PA (Procedimento Administrativo) PP (Procedimento Preparatório) ou de Inquérito Civil (IC) para o acompanhamento e fiscalização das situações onde sobrevenha a proposta ou edição de ato normativo que visa implementar a ESP. - Prioriza-se a atuação extrajudicial, mas caso haja a necessidade, o Ministério Público pode acionar o Poder Judiciário através da Ação Civil Pública. - Representação ao PGJ em caso de Leis Municipais e representação ao PGR para o ajuizamento de ações declaratórias de inconstitucionalidade que instituem a ESP. **(II Reunião Ordinária do GNDH – Ano 2016.** Belém do Pará. Novembro/2016. Aprovado na reunião de fevereiro/2017).

ENUNCIADO CONJUNTO (COPEDUC e COPEVID e COPEPDI e COPEDH) – DAS COMISSÕES DO GNDH Tema: Diversidade Sexual, de Gênero e Étnico racial nas Escolas Cabe ao Ministério Público adotar medidas que visem garantir a igualdade efetiva de acesso e permanência na escola por parte de todos e todas, nos termos do artigo 206, I, da Constituição Federal, incluindo-se no projeto político pedagógico - PPP e regimento escolar, de todos os níveis de ensino, conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero, de raça ou etnia, de enfrentamento à homofobia, à transfobia, à violência doméstica e familiar contra a mulher, a pessoa idosa e a pessoa com deficiência.

RESUMO TÉCNICO JURÍDICO - A COPEDUC e a COPEVID manifestam a sua preocupação com relação às iniciativas legislativas e administrativas que visam a impedir a adoção de programas voltados a combater a discriminação de gênero e de orientação sexual no ambiente escolar, violando-se o sistema de garantia de direitos, cuja proteção é atribuição do Ministério Público. - A omissão do Estado em enfrentar a violência e o preconceito contra as crianças e jovens, que não seguem os padrões comportamentais da maioria no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade, é um fator conhecido de evasão e baixo rendimento escolar por parte dos/das estudantes expostos/as à discriminação, além de causar sofrimento, representar ofensa à dignidade humana e identidade dessas pessoas, configurando algumas vezes ilícito penal. Deste modo, políticas públicas antidiscriminatórias devem ser adotadas a fim de garantir o princípio constitucional da igualdade efetiva de acesso e permanência na escola por parte de todos e todas, professores e alunado. **(II Reunião Ordinária do GNDH – Ano 2016. Belém do Pará. Novembro/2016. Aprovado na reunião de fevereiro/2017).**

ENUNCIADOS COPEDUC

Enunciados 2017:

ENUNCIADO nº 001/2017:

Tema: Atuação do Ministério Público, no âmbito coletivo, para enfrentamento dos altos índices de evasão, abandono e reprovação escolar

Para enfrentamento dos altos índices de evasão, abandono e reprovação escolar, o Ministério Público deverá priorizar a atuação extrajudicial, no âmbito coletivo, instaurando procedimento administrativo, preferencialmente por rede de ensino, para identificar as causas e fomentar o desenvolvimento de ações pelos gestores e demais atores da rede de atendimento e das escolas para enfrentamento da problemática, realizando monitoramento constante das ações e resultados.

RESUMO TÉCNICO JURÍDICO:

- Dados do Brasil, em 2015 (Fonte: Todos pela Educação. INEP-MEC):

Abandono: 6,8% no ensino médio; 3,2% nos anos finais do ensino fundamental

Reprovação, 2014 – 11,5% no ensino médio (de cerca de 8.300.189 alunos = 954.521); - 11,1% nos anos finais do ensino fundamental (de 12.760.184 alunos = 1.416.380).

Distorção idade-série (dois anos ou mais): Ensino médio – 28,2%; Anos finais do ensino fundamental – 27,3%.

- Artigo 208 da Constituição da República

- Artigos 12, V e VIII; 13, III, IV e VI, e 24, da Lei 9.394/96 (LDB).

- Lei 13.005/2014, estratégias 2.5, 3.5 e 3.9.

- Sobre a atuação extrajudicial do Ministério Público, o fundamento está no artigo 129, incisos II e III da Constituição Federal e na Lei de Ação Civil Pública;

- As práticas de conciliação e mediação estão embasadas também na Resolução nº 118/2014 do CNMP.

SUGESTÃO DE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

- Instauração de PA (Procedimento Administrativo) para identificação das causas, construção de fluxo ou protocolo de atuação, com acompanhamento das ações a serem desenvolvidas pelas redes de ensino, realizando monitoramento permanente das ações e resultados, através de reuniões com os gestores e as redes de apoio à escola.

- Priorizar-se-á a atuação extrajudicial, com uso de técnicas de monitoramento, de construção coletiva, conciliação, mediação e práticas restaurativas no ambiente escolar, construção coletiva das normas de convivência e círculos de diálogo, no ambiente escolar. (I Reunião Ordinária do GNDH – Ano 2017. João Pessoa-PB - Março/2017).

Atuação dos promotores

Promotor	Cidade	Promotoria	Tipo	Objeto	DJe
Dr. Jorge Luiz da Costa Pessoa	Paes Landim	Promotoria de Paes Landim		Instaurar o Procedimento administrativo nº 006/2017 para acompanhar o cumprimento do Termo de ajustamento de conduta.	DOE/MPPI-06/11/17
Dra. Edgar dos Santos Bandeira Filho	Uruçuí	2º Promotoria de Justiça de Uruçuí	Portaria n.º 44/2017 – Procedimento Administrativo nº 25/2017	Apurar supostos maus tratos a idosa Marina Maria de Jesus;	Via e-mail;
Dr. Maria Ester	Teresina-PI	38ª PJ	Memorando nº 229/2017 / 38ª PJ	Arquivamento da Notícia de Fato 000039-033/2017 – Apurar irregularidades na E.M Mário Quintana e CMEI Cíntia Medeiros.	Via Protocolo MPPI – 31776/2017
Dr. Maria Ester	Teresina-PI	38ª PJ	Memorando nº 227/2017 38ª PJ	Cópia de Notificação Recomendatória nº 05/2017 expedida a SEDUC – Recoendar a Seduc que adote medidas no sentido de sanar os problemas acima apontados na estrutura física da escola estadual Domício Magalhães.	Via Protocolo MPPI – 31786/2017
Dr. Maria Ester	Teresina-PI	38ª PJ	Memorando nº 226/2017 38ª PJ	Cópia de Notificação Recomendatória nº 06/2017 expedida a SEDUC -Recomendar que a SEDUC adote medidas no sentido de sanar os problemas na estrutura física da escola estadual Prof. João Soares da Silva.	Via Protocolo MPPI – 31785/2017
Dra Gianni Vieira	União-PI	2ª PJ de União	Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº026.2017 PJUN	Abertura do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº026.2017 PJUN – Apuração da Carga Horária dos Profissionais do magistério na educação básica no município de Lagoa Alegre.	Ofício nº 315/2017 2 PJUN - Via Protocolo MPPI – 31486/2017
Dra Gianni Vieira	União-PI	2ª PJ de União	Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº027.2017 PJUN	Abertura do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº027.2017 PJUN – Inconstitucionalidade de dispositivo da lei municipal que criou o conselho municipal de educação de União -PI	Ofício nº 322/2017 2 PJUN - Via Protocolo MPPI – 31487/2017
Dr. Paulo Rubens	Altos-PI	2ª PJ de ALTOS	Procedimento Administrativo nº 026/2017	Informa a abertura de Procedimento Administrativo nº 026/2017	Via email
Dr. Jorge Luiz	Paes Landim	Promotoria de Justiça de Paes Landim	Inquérito Civil 03/2017	Arquivamento de ICP 03/2017 e TAC Nº002/2017	Via email

“

Dra.Maria Ester	Teresina	38ª PJ	Recomendação nº 05/2017	Recomendar à Secretaria Estadual de Educação que adote medidas para sanar os problemas na estrutura física da escola estadual Domicio Magalhães	DOE/MPPI-08/11/17
Dra.Maria Ester	Teresina	38ª PJ	Recomendação nº 06/2017	Recomendar à Secretaria Estadual de Educação que adote medidas para sanar os problemas na estrutura física da escola estadual Prof.João Soares da Silva	DOE/MPP-08/11/17
Dra. Marlúcia Gomes	Teresina	28ª PJ	Portaria nº 133/2017	Transformar em Inquérito Civil o Procedimento Preparatório nº 16/2016 visando à apuração de má convivência familiar de Idoso	DOE/MPPI-10/11/17
Dra.Marlúcia Gomes	Teresina	28ª PJ	Portaria nº 135/2017	Transformar em Inquérito Civil o Procedimento Preparatório nº 25/2017 visando à apuração de situação de relacionamento familiar conflituoso e auto negligência de idoso	DOE/MPPI-10/11/17
Dr.Paulo Rubens	Altos	2ª PJ de Altos	Procedimento Preparatório nº 21/2017	Instaurar o Procedimento Preparatório nº 21/2017 para apurar supostas irregularidades consistentes na falta de fornecimento de transporte escolar	DOE/MPPI-10/11/17
Dra.Roman a Leite	Picos	1ª PJ de Picos	Portaria nº 282/2017	Instaurar o Procedimento Administrativo a fim de acompanhar a estimulação precoce e inclusão na assistência social das crianças com microcefalia	DOE/MPPI-10/11/17
Dra.Roman a Leite	Picos	1ª PJ de Picos	Notificação Recomendatória nº 15/2017	Adotar providências para regularizar os veículos do transporte escolar dos municípios de Passagem Funda, Fazenda Nova, Lagoinha, Avalho e outros	DOE/MPPI-10/11/17
Dra.Roman a Leite	Picos	1ª PJ de Picos	Notificação Recomendatória nº 17/2017	Adotar providências para regularizar os veículos do transporte escolar dos município de São José do Piauí	DOE/MPPI-10/11/17
Dra.Marlúcia Gomes	Teresina	28ª PJ	Portaria nº 136/2017	Transformar em Inquérito Civil o Procedimento Preparatório nº 19/2017 visando à apuração de demora na concessão de cadeira de rodas	DOE/MPPI-13/11/17
Dra.Marlúcia Gomes	Teresina	28ª PJ	Portaria nº 137/2017	Transformar em Inquérito Civil o Procedimento Preparatório nº 32/2017 visando à apuração de situação de vulnerabilidade suportada por pessoa idosa e pessoa com deficiência	DOE/MPPI-13/11/17
Dra.Maria Ester Ferraz de Carvalho	Teresina	38ª PJ	Notificação Recomendatória nº 38ª PJ Nº 07/2017	Adotar providências para regularizar os veículos do transporte escolar dos município de Nazária/pi	DOE/MPPI-13/11/17
Dra.Marlúcia Gomes	Teresina	28ª PJ	Portaria nº 138/2017	Instaurar o Procedimento Administrativo nº 33/2017 a fim de fiscalizar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta nº 003/2017	DOE/MPPI-13/11/17

”

“

Dra. Marlúcia Gomes	Teresina	28ª PJ	Portaria nº 139/2017	Instaurar o Procedimento Administrativo nº 34/2017 a fim de fiscalizar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta nº 004/2017	DOE/MPPI-13/11/17
Dra. Marlúcia Gomes	Teresina	28ª PJ	Portaria nº 140/2017	Instaurar o Procedimento Administrativo nº 35/2017 a fim de fiscalizar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta nº 005/2017	DOE/MPPI-13/11/17
Dr. Rafael Maia Nogueira	Barro Duro	Promotoria de Barro Duro	Portaria nº 50/2017	Converter a notícia de fato nº 93/2017 em Procedimento Preparatório para garantir a pessoa com deficiência a fruição do direito ao passe livre intermunicipal	DOE/MPPI-17/11/17
Dr. Glécio Paulino	Barras	2ª PJ de Barras	Recomendação Administrativa nº 14/2017 2ª PJB/MPPI	Recomendar as empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas ao transporte intermunicipal de passageiros que operam em Barras que garantam o passe livre aos idosos e pessoas com deficiência.	DOE/MPPI-17/11/17
Dra. Maria Ester Ferraz de Carvalho	Teresina	38ª PJ	Portaria nº 40/2017	Instaurar o Procedimento Preparatório de Inquérito Civil visando apurar precariedade na estrutura física dos prédios onde funcionam creches municipais	DOE/MPPI-22/11/17
Dr. Nielsen Silva	São Pedro do Piauí	PJ de São Pedro do Piauí	Portaria GP PSP nº 21/2017	Instaurar o Procedimento Preparatório nº 16/2017 a fim de apurar a existência e a regulamentação do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa em São Pedro do Piauí	DOE/MPPI-22/11/17
Dr. Nielsen Silva	São Pedro do Piauí	PJ de São Pedro do Piauí	Portaria GP PSP nº 22/2017	Instaurar o Procedimento Preparatório nº 16/2017 a fim de apurar a existência e a regulamentação do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa em Agricolândia	DOE/MPPI-22/11/17
Dr. Francisco Raulino Neto	Piracuruca	2ª PJ de Piracuruca	Portaria nº 26/2017	Converter os autos da Notícia de Fato nº 28/2016 em Procedimento Administrativo nº 21/2017 para apurar notícia de pessoa idosa em possível situação de risco	DOE/MPPI-22/11/17
Dr. Cristiano Farias Peixoto	Parnaíba	1ª PJ de Parnaíba	Notificação recomendatória nº 002-11/2017	Recomendar a adoção de providências a fim de garantir o cumprimento da carga horária mínima anual de 800 horas	DOE/MPPI-22/11/17
Dr. Marcelo de Jesus Monteiro Araújo	Picos	1ª PJ de Picos	Portaria nº 111/2017-A	Instaurar o Procedimento Administrativo 109/2017 para apurar possível lesão a direito individual indisponível de pessoa idosa	DOE/MPPI-22/11/17
Dr. Marcelo de Jesus Monteiro Araújo	Picos	1ª PJ de Picos	Portaria nº 112/2017-A	Instaurar o Procedimento Administrativo nº 110 para apurar possível lesão a direito individual indisponível de pessoa idosa	DOE/MPPI-22/11/17

”

“

Dr. Francisco Raulino Neto	Piracuruca	2ª PJ de Piracuruca	Portaria nº 21/2017	Instaurar o Procedimento Preparatório de Inquérito Civil visando apurar o cumprimento dos dias letivos	DOE/MPPI-23/11/17
Dr. Francisco Raulino Neto	Piracuruca	2ª PJ de Piracuruca	Portaria nº 22/2017	Instaurar o Procedimento Preparatório de Inquérito Civil visando apurar o cumprimento dos dias letivos	DOE/MPPI-23/11/17
Dr. Francisco Raulino Neto	Piracuruca	2ª PJ de Piracuruca	Portaria nº 23/2017	Instaurar o Procedimento Preparatório de Inquérito Civil visando apurar o cumprimento dos dias letivos	DOE/MPPI-23/11/17
Dr. Francisco Raulino Neto	Piracuruca	2ª PJ de Piracuruca	Notificação recomendatória nº 06/2017	Recomendar o cumprimento de 800 horas em pelo menos de 200 dias letivos em Piracuruca	DOE/MPPI-23/11/17
Dr. Francisco Raulino Neto	Piracuruca	2ª PJ de Piracuruca	Notificação recomendatória nº 07/2017	Recomendar o cumprimento de 800 horas em pelo menos de 200 dias letivos em São José do Divino	DOE/MPPI-23/11/17
Dr. Francisco Raulino Neto	Piracuruca	2ª PJ de Piracuruca	Notificação recomendatória nº 08/2017	Recomendar o cumprimento de 800 horas em pelo menos de 200 dias letivos em São João da Fronteira	DOE/MPPI-23/11/17
Dra. Maria Ester Ferraz de Carvalho	Teresina	38ª PJ	Recomendação nº 08/2017	Recomendar a solução dos problemas de estrutura física inadequada na Unidade Escolar Cristino Castelo Branco	DOE/MPPI-24/11/17
Dra. Maria Ester Ferraz de Carvalho	Teresina	38ª PJ	Portaria nº 41/2017	Converter o Procedimento o Investigativo Preliminar nº 12/2017 em Inquérito Civil para investigar os transtornos com o fechamento da U.E Professora Helena Aquino	DOE/MPPI-24/11/17
Dr. José Arimatéa Leão Dourado	Floriano	1ª PJ de Floriano	Portaria nº 12/2017	Instaurar o Procedimento Preparatório a fim de compelir o município de Floriano a realizar as obras necessárias para garantir aos alunos com necessidades especiais da Escola José Francisco Dutra um banheiro adequado	DOE/MPP-27/11/17
Dr. José Arimatéa Leão Dourado	Floriano	1ª PJ de Floriano	Portaria nº 11/2017	Instaurar o Procedimento Preparatório a fim de compelir o município de Floriano a realizar as obras necessárias para garantir aos alunos da Escola Dom Edilberto um ambiente escolar sustentável e seguro	DOE/MPPI-27/11/17
Dr. Francisco Túlio Ciarlini Mendes	Cocal	PJ de Cocal	Notificação Recomendatória nº 003/2017	Recomendar que seja providenciado o atendimento educacional especializado para menores	DOE/MPPI-28/11/17

”



Dra.Maria Ester Ferraz de Carvalho	Teresina	38ª PJ	Recomendação nº 09/2017	Recomendar a solução de problemas na Unidade Escolar João Soares da Silva proporcionando o acesso a climatização adequada	DOE/MPPI-29/11/17
Dr.Adriano Fontenele Santos	Fronteiras	PJ de Fronteiras	Despacho	Prorrogar o Inquérito Civil nº 001/2014	Via ofício nº 119/2017
Dr.José Sérgio de Deus Barros	Joaquim Pires	PJ de Joaquim Pires	Portaria nº 004/2017	Instaurar o Inquérito Civil nº 004/2017 para apurar possíveis atos de Improbidade Administrativa decorrentes da contratação de professora substituta.	Via e-mail
Dr.Edgar dos Santos Bandeira Filho	Uruçuí	2ª Promotoria de Uruçuí	Portaria nº 44/2017	Converter a Notícia de Fato nº40/2016 em Procedimento Administrativo	Via e-mail
Dr.Paulo Rubens Parente	Altos	2ª PJ de Altos	Despacho	Comunicar a abertura da notícia de fato nº 0107/2017 para apurar denúncia de negligência a idoso	Via e-mail
Dr.Leonard o Fonseca Rodrigues	Picos	2ª PJ de Picos	Notificação Recomendatória nº 01/2017	Acessibilidade nas escolas.Recomendar que sejam realizadas adaptações razoáveis e fornecida às pessoas com deficiência o apoio necessário no âmbito do sistema educacional.	Via e-mail
Dr.Leonard o Fonseca Rodrigues	Picos	2ª PJ de Picos	Notificação Recomendatória nº 02/2017	Acessibilidade nas escolas.Recomendar que sejam realizadas adaptações razoáveis e fornecida às pessoas com deficiência o apoio necessário no âmbito do sistema educacional no Instituto Monsenhor Hipólito	Via e-mail
Dr.Leonard o Fonseca	Picos	2ª PJ de Picos	Notificação Recomendatória nº 03/2017	Cuidador escolar e recomendar que sejam realizadas adaptações razoáveis e fornecida às pessoas com deficiência o apoio necessário no âmbito do sistema educacional na Escola Cirandinha Colégio Santa Rita	Via e-mail
Dra.Gabriel a Almeida de Santana	São Raimundo Nonato	3ª PJ de São Raimundo Nonato	Portaria nº 36/2017	Multirão microcefalia.Comunicar a Instauração de Procedimento Administrativo nº 36/2017 para apurar as medidas desenvolvidas pelos municípios com vistas a garantir às crianças com microcefalia e suas famílias seus direitos	Via ofício nº 997/2017
Dra.Gianny Vieira de Carvalho	União	2ª PJ de União	Portaria nº 025/2017	Comunicar a abertura do Procedimento Preparatório nº 025/2017 para apurar a carga horária de professores em União	Via ofício nº 349/2017-2ªPJUN
Dra.Gianny Vieira de Carvalho	União	2ª PJ de União	Portaria nº 017.2017	Comunicar a abertura do Procedimento Preparatório nº 009.2017.PJUN para verificar a aplicação da Lei Federal nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação em União	Via ofício nº 322/2017-2ª PJUN





Dra. Gianni Vieira de Carvalho	União	2ª PJ de União	Portaria nº 016/2017	Comunicar a abertura do Procedimento Preparatório nº 010.2017.PJUN para verificar a aplicação da Lei Federal nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação em Lagoa Alegre do Piauí-	Via ofício nº 323/2017-2ª PJUN
Dra. Maria das Graças do Monte Teixeira	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 98/2017	Consumidor.Instaurar o Procedimento Preparatório nº 09/2017	Via ofício nº 370/2017
Dra. Myrian Lago	Teresina	49ª PJ	Portaria nº 234/2017	Condições estruturais.Instaurar a notícia de fato nº 039/2017	DOE/MPPI-04/12/17
Dra. Myrian Lago	Teresina	49ª PJ	Portaria 233/2017	Não entrega de imóvel do Programa Minha Casa Minha Vida.Instaurar a notícia de fato nº 040/2017	DOE/MPPI-04/12/17
Dra. Marlúcia Gomes	Teresina	28ª PJ	Portaria nº 141/2017	Acessibilidade. Transformar a Notícia de Fato nº 44/2017 no Procedimento Preparatório nº 77/2017	DOE/MPPI-06/12/17
Dra. Marlúcia Gomes	Teresina	28ª PJ	Portaria nº 142/2017	Acessibilidade. Transformar o Procedimento Preparatório nº 10/2017 em Inquérito Civil	DOE/MPPI-06/12/17
Dra. Marlúcia Gomes	Teresina	28ª PJ	Portaria nº 143/2017	Acessibilidade. Transformar o Procedimento Preparatório nº 11/2017 em Inquérito Civil	DOE/MPPI-06/12/17
Dr. Francisco Túlio Ciarlini Mendes	Cocal	Promotoria de Cocal	Notificação Recomendatória nº 004/2017	Educação, regularização de documentação.Recomendar a regularização da documentação	DOE/MPPI-06/12/17
Dr. Flávio Teixeira de Abreu Júnior	José de Freitas	2ª PJ de José de Freitas	Portaria nº 023/2017	Educação.Acompanhar a nucleação de escolas municipais em José de Freitas.Instaurar o Procedimento Administrativo nº 009/2017	Via e-mail
Dra. Roman a Leite	Picos	1ª PJ de Picos	Portaria nº 291/2017	Transporte coletivo gratuito urbano para idosos e pessoas com deficiência. Instaurar o Procedimento Administrativo nº 176/2017	Via e-mail
Dr. Francisco Túlio Ciarlini Mendes	Cocal	Promotoria de Cocal	Portaria nº 20/2017	Educação.Apurar o cumprimento da carga horária no município de Cocal dos Alves.Instaurar procedimento preparatório de inquérito civil	Via e-mail
Dr. Francisco Túlio Ciarlini Mendes	Cocal	Promotoria de Cocal	Portaria nº 19/2017	Educação.Apurar o cumprimento da carga horária no município de Cocal.Instaurar procedimento preparatório de inquérito civil	Via e-mail



“

Dra.Gianny Vieira de Carvalho	União	2ª PJ de União	Portaria nº 016/2017	Comunicar a abertura do Procedimento Preparatório nº 010.2017.PJUN para verificar a aplicação da Lei Federal nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação em Lagoa Alegre do Piauí-	Via ofício nº 323/2017-2ª PJUN
Dra. Maria das Graças do Monte Teixeira	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 98/2017	Consumidor.Instaurar o Procedimento Preparatório nº 09/2017	Via ofício nº 370/2017
Dra. Myrian Lago	Teresina	49ª PJ	Portaria nº 234/2017	Condições estruturais.Instaurar a notícia de fato nº 039/2017	DOE/MPPI-04/12/17
Dra.Myrian Lago	Teresina	49ª PJ	Portaria 233/2017	Não entrega de imóvel do Programa Minha Casa Minha Vida.Instaurar a notícia de fato nº 040/2017	DOE/MPPI-04/12/17
Dra.Marlúcia Gomes	Teresina	28ª PJ	Portaria nº 141/2017	Acessibilidade. Transformar a Notícia de Fato nº 44/2017 no Procedimento Preparatório nº 77/2017	DOE/MPPI-06/12/17
Dra.Marlúcia Gomes	Teresina	28ª PJ	Portaria nº 142/2017	Acessibilidade. Transformar o Procedimento Preparatório nº 10/2017 em Inquérito Civil	DOE/MPPI-06/12/17
Dra.Marlúcia Gomes	Teresina	28ª PJ	Portaria nº 143/2017	Acessibilidade. Transformar o Procedimento Preparatório nº 11/2017 em Inquérito Civil	DOE/MPPI-06/12/17
Dr. Francisco Túlio Ciarlini Mendes	Cocal	Promotoria de Cocal	Notificação Recomendatória nº 004/2017	Educação, regularização de documentação.Recomendar a regularização da documentação	DOE/MPPI-06/12/17
Dr.Flávio Teixeira de Abreu Júnior	José de Freitas	2ª PJ de José de Freitas	Portaria nº 023/2017	Educação.Acompanhar a nucleação de escolas municipais em José de Freitas.Instaurar o Procedimento Administrativo nº 009/2017	Via e-mail
Dra.Romana Leite	Picos	1ª PJ de Picos	Portaria nº 291/2017	Transporte coletivo gratuito urbano para idosos e pessoas com deficiência. Instaurar o Procedimento Administrativo nº 176/2017	Via e-mail
Dr.Francisco Túlio Ciarlini Mendes	Cocal	Promotoria de Cocal	Portaria nº 20/2017	Educação.Apurar o cumprimento da carga horária no município de Cocal dos Alves.Instaurar procedimento preparatório de inquérito civil	Via e-mail
Dr.Francisco Túlio Ciarlini Mendes	Cocal	Promotoria de Cocal	Portaria nº 19/2017	Educação.Apurar o cumprimento da carga horária no município de Cocal.Instaurar procedimento preparatório de inquérito civil	Via e-mail

”

“

Dra. Myrian Lago	Teresina	49ª PJ	Portaria nº 232/2017	Educação. Incluir na rede de ensino municipal a temática " História e Cultura Afro-brasileira e Indígena". Instaurar o Procedimento Preparatório nº 016/2017 de Inquérito Civil	Via e-mail
Dra. Myrian Lago	Teresina	49ª PJ	Portaria nº 231/2017	Educação. Incluir na rede de ensino estadual a temática " História e Cultura Afro-brasileira e Indígena". Instaurar o Procedimento Preparatório nº 015/2017 de Inquérito Civil	Via e-mail
Dr. Francisco Túlio Ciarlini Mendes	Cocal	Promotoria de Cocal	Ofício nº 308/2017	Estrutura física. Investigar o estado físico das escolas municipais da zona rural de Cocal dos Alves-PI. Comunicação de propositura de Ação civil Pública	Via e-mail
Dra. Emma nuelle Martins	Isaías Coelho	Promotoria de Isaías Coelho	Ofício nº 125/2017	Apurar o cumprimento da carga horária. Instaurar o Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 014/2014	Via e-mail
Dr. José Arimatéa Dourado Leão	Floriano	1ª PJ de Floriano	Portaria nº 10/2017	Apurar o cumprimento da carga horária. Instaurar o Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 51-101/2017	Via e-mail
Dr. Nivaldo Ribeiro	Piripiri	3ª PJ de Piripiri	Portaria nº 103/2017	Conclusão do ano letivo de sua filha. Instaurar o Processo Administrativo nº 226/2017	DOE/MPPI-07/12/17
Dr. Nivaldo Ribeiro	Piripiri	3ª PJ de Piripiri	Portaria nº 104/2017	Realização de matrícula. Instaurar o Processo Administrativo nº 227/2017	DOE/MPPI-07/12/17
Dra. Valesca Caland Noronha	Regeneração	Promotoria de Regeneração	Portaria nº 20/2017	Apurar a carga horária. Instaurar o Procedimento Preparatório nº 04/2017	DOE/MPPI-07/12/17
Dra. Marlúcia Gomes	Teresina	28ª PJ	Portaria 144/2014	Acessibilidade. Converter a Notícia de fato 17/2017 em Procedimento Preparatório 78/2017	Via e-mail
Dr. Eny Marcos	Teresina	38ª PJ	Portaria nº 42/2017	Apurar a subutilização e falta de manutenção/conservação das quadras esportivas de escolas. Instaurar o Procedimento Preparatório de Inquérito Civil	DOE/MPPI-12/12/17
Dr. Francisco Raulino Neto	Parnaíba	1ª PJ de Parnaíba	Notificação Recomendatória nº 001-12/2017	Educação. Recomendar ao Prefeito de Ilha Grande e à Secretaria municipal de Educação de Ilha Grande-PI para que sejam tomadas as medidas necessárias a regular constituição do Fórum Municipal de Educação.	DOE/MPPI-12/12/17
Dr. José Sérgio de Deus Barros	Esperantina	2ª PJ de Esperantina	Portaria nº 021/2017	Educação. Apurar suposto impedimento imposto pela direção da Escola Municipal Umbelino Rebêlo a aluno	Via e-mail

”

“

Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 84/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Instituto Gênesis de Ensino. Instaurar o Inquérito Civil nº 67/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 83/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Escolinha Mundo Infantil. Instaurar o Inquérito Civil nº 66/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 82/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Escola Conceição Salomé. Instaurar o Inquérito Civil nº 65/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 81/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Educandário Santa Joana D'Arc. Instaurar o Inquérito Civil nº 64/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 80/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Cooperativa Educacional de Teresina. Instaurar o Inquérito Civil nº 63/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 79/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Colégio CEBRAPI. Instaurar o Inquérito Civil nº 62/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 78/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Colégio Bandeirantes. Instaurar o Inquérito Civil nº 61/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 77/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Educandário Jean Piaget. Instaurar o Inquérito Civil nº 60/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 76/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Educandário o Aprendiz. Instaurar o Inquérito Civil nº 59/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 75/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Instituto Sabedoria e Ensino. Instaurar o Inquérito Civil nº 58/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 74/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Instituto Vitória de Ensino. Instaurar o Inquérito Civil nº 57/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 73/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Educandário Sagrada Família. Instaurar o Inquérito Civil nº 56/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 72/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Educandário Mundo da Criança. Instaurar o Inquérito Civil nº 55/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 71/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Instituto Educacional Peniel. Instaurar o Inquérito Civil nº 54/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 69/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Mansão do Saber. Instaurar o Inquérito Civil nº 52/2017	Via ofício nº 377/2017

”



Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 70/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Colégio Crescer. Instaurar o Inquérito Civil nº 53/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 68/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Colégio Sinopse. Instaurar o Inquérito Civil nº 51/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 67/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Colégio Pontual. Instaurar o Inquérito Civil nº 50/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 66/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Colégio Menino Jesus. Instaurar o Inquérito Civil nº 49/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 65/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Colégio Humanizar. Instaurar o Inquérito Civil nº 48/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 64/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Infantil Amor de Mãe. Instaurar o Inquérito Civil nº 47/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 63/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Centro de Ensino Semear. Instaurar o Inquérito Civil nº 46/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 62/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Educandário Nossa Senhora dos Remédios. Instaurar o Inquérito Civil nº 45/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 61/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Centro Educacional Portinari. Instaurar o Inquérito Civil nº 44/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 60/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Colégio Madre Teresa de Caucutá. Instaurar o Inquérito Civil nº 43/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 59/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Colégio Pedrosa Magalhães. Instaurar o Inquérito Civil nº 42/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 58/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Colégio Espaço Educar. Instaurar o Inquérito Civil nº 41/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 57/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Escola Cidadão Cidadã. Instaurar o Inquérito Civil nº 40/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 56/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Creche Berçário Sementinha da Vida. Instaurar o Inquérito Civil nº 39/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 55/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Educandário Nova Aliança. Instaurar o Inquérito Civil nº 38/2017	Via ofício nº 377/2017





Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 54/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Educandário José e Maria. Instaurar o Inquérito Civil nº 37/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 53/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Educandário Menino Jesus. Instaurar o Inquérito Civil nº 36/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 52/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento da UNESPP. Instaurar o Inquérito Civil nº 35/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 51/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Fundação Cantídio Rocha. Instaurar o Inquérito Civil nº 34/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 50/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Crai Baby. Instaurar o Inquérito Civil nº 33/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 49/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Colégio Cristo Reino. Instaurar o Inquérito Civil nº 32/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 48/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Instituto Educacional Positivo. Instaurar o Inquérito Civil nº 31/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 47/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Educandário Maria de Sena. Instaurar o Inquérito Civil nº 30/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 46/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Colégio Alsiste. Instaurar o Inquérito Civil nº 29/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 45/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Escolinha Bem-me-querer. Instaurar o Inquérito Civil nº 28/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 44/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Instituto Educacional – INEC Mirim. Instaurar o Inquérito Civil nº 27/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 43/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Universidade Mirim Tia Fátima. Instaurar o Inquérito Civil nº 26/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 42/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Instituto Educacional São José. Instaurar o Inquérito Civil nº 25/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 41/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Sistema Educacional Aquarela. Instaurar o Inquérito Civil nº 24/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 40/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Escola Casa do Silêncio. Instaurar o Inquérito Civil nº 23/2017	Via ofício nº 377/2017



“

Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 39/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Escola Batista El Shallon. Instaurar o Inquérito Civil nº 22/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 38/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Educandário Santa Maria Goretti. Instaurar o Inquérito Civil nº 21/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 37/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Colégio Santa Marcelina. Instaurar o Inquérito Civil nº 20/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 36/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Centro de Ensino Mariana. Instaurar o Inquérito Civil nº 19/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 35/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Colégio Integralzinho. Instaurar o Inquérito Civil nº 18/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 34/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Infantil Kids. Instaurar o Inquérito Civil nº 17/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 33/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Colégio Novo Mundo. Instaurar o Inquérito Civil nº 16/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 32/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Educandário Emília Ferreiro. Instaurar o Inquérito Civil nº 15/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 31/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Escola Viva. Instaurar o Inquérito Civil nº 14/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 30/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Centro de Ensino Minos e Minas. Instaurar o Inquérito Civil nº 13/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 29/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Colégio Lerote. Instaurar o Inquérito Civil nº 12/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 28/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Colégio Santa Teresinha. Instaurar o Inquérito Civil nº 11/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 27/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Educandário Pequeno Espaço. Instaurar o Inquérito Civil nº 10/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 26/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Colégio Betel. Instaurar o Inquérito Civil nº 09/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 25/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Instituto Jevânia de Ensino. Instaurar o Inquérito Civil nº 08/2017	Via ofício nº 377/2017

”

“

Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 24/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Colégio Liberdade. Instaurar o Inquérito Civil nº 07/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 23/2017	Investigar a ausência de autorização para funcionamento do Instituto de Ensino Francisco de Assis. Instaurar o Inquérito Civil nº 06/2017	Via ofício nº 377/2017
Dra.Myrian Lago	Teresina	49ª PJ	Recomendação nº 016/2017	Direito a moradia.Recomendar a limpeza de área	Via e-mail
Dra.Gladys Gomes	Teresina	31ª PJ	Portaria nº 100/2017	Direito do Consumidor.Instaurar Procedimento Preparatório convertendo a Notícia de Fato nº 016/2017 em procedimento correspondente	DOE/MPPI-15/12/17
Dra.Ana Cecília Rosário Ribeiro	Itainópolis	Promotoria de Itainópolis	Portaria nº 36/2017-A	Possível lesão a direito de pessoa idosa.Instaurar o Procedimento administrativo nº 44/2017	DOE/MPPI-15/12/17
Dr.Luís Francisco Ribeiro	Teresina	Corregedoria	Portaria CNMP – CN Nº 0291	Novos parâmetros para avaliação da regularidade dos procedimentos extrajudiciais e procedimentos judiciais nas correções e inspeções - CNMP	Via e-mail
Dr.Cezário de Souza Cavalcante Neto	Campo Maior	3ª PJ de Campo Maior	Portaria nº 161/20217	Transporte escolar em Campo Maior. Instaurar o Inquérito Civil nº 161/2017.65-063/2017	Via e-mail
Dra.Myrian Lago	Teresina	49ª PJ	Portaria nº 239/2017	Investigar o não recebimento de imóvel do Programa Minha Casa Minha Vida.Instaurar a notícia de fato nº 043/2017	Via e-mail
Dra.Myrian Lago	Teresina	49ª PJ	Portaria nº 238/2017	Direito a moradia.Instaurar a notícia de fato nº 042/2017	Via e-mail
Dra. Ana Cecília Rosário	Picos	3ª PJ	Portaria Nº 114/2017;	Ato de lesão a direito individual de Pessoa Idosa;	DOE MPPI 18/12/2017

”

“



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO MENSAL DO CNMP
CAODEC - NOVEMBRO DE 2017

1. APOIO AOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO

1.1 Solicitações de apoio pelos órgãos de execução (1º e 2º graus)	91
1.2 Atos de apoio realizados a órgãos de 2º grau	
1.3 Elaboração de ACP, denúncia, proposta de transação penal ou susp. cond do proc.	6
1.4 Elaboração de compromisso de ajustamento de conduta	
1.5 Elaboração de recomendação	5
1.6 Elaboração de outros atos	37

2. REMESSA AOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO

2.1 Subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	17
2.2 Relatórios de auditorias, inspeções, autos de infração e outros	
2.3 Representações oriundas de atendimentos ao público	12
2.4 Notícias veiculadas em jornais e outros	49

3. CORRESPONDÊNCIAS

3.1 Expedidas (ofícios, e-mails, memorandos e fax)	302
3.2 Recebidas (ofícios, e-mails, memorandos e fax)	235

4. EVENTOS

4.1 Palestras ministradas	1
4.2 Participações em reuniões	8
4.3 Participações em audiências públicas	
4.4 Participações em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	2
4.5 Realizações de seminários, reuniões de trabalho ou encontros jurídicos	1

5. OUTROS

5.1 Atendimentos ao público	12
5.2 Elaboração e remessa ao PGI de planos de ação	

”



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO MENSAL DO CNMP
CAODEC - DEZEMBRO DE 2017

1. APOIO AOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	
1.1 Solicitações de apoio pelos órgãos de execução (1º e 2º graus)	56
1.2 Atos de apoio realizados a órgãos de 2º grau	
1.3 Elaboração de ACP, denúncia, proposta de transação penal ou susp. cond do proc.	3
1.4 Elaboração de compromisso de ajustamento de conduta	1
1.5 Elaboração de recomendação	8
1.6 Elaboração de outros atos	
2. REMESSA AOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	
2.1 Subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	20
2.2 Relatórios de auditorias, inspeções, autos de infração e outros	
2.3 Representações oriundas de atendimentos ao público	22
2.4 Notícias veiculadas em jornais e outros	33
3. CORRESPONDÊNCIAS	
3.1 Expedidas (ofícios, e-mails, memorandos e fax)	413
3.2 Recebidas (ofícios, e-mails, memorandos e fax)	352
4. EVENTOS	
4.1 Palestras ministradas	2
4.2 Participações em reuniões	5
4.3 Participações em audiências públicas	1
4.4 Participações em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	2
4.5 Realizações de seminários, reuniões de trabalho ou encontros jurídicos	
5. OUTROS	
5.1 Atendimentos ao público	
5.2 Elaboração e remessa ao PGI de planos de ação	13

